

POR QUE EU TENHO QUE BRINCAR NA RUA? REFLEXÕES ÉTICAS, METODOLÓGICAS E EPISTEMOLÓGICAS SOBRE UM PERCURSO DE PESQUISAS COM CRIANÇAS NAS CIDADES

WHY DO I HAVE TO PLAY OUT IN THE STREET? ETHICAL, METHODOLOGICAL AND EPISTEMOLOGICAL REFLECTIONS ON A RESEARCH WITH CHILDREN IN THE CITIES

Marina Rebeca de Oliveira Saraiva ¹

Resumo: O artigo busca contribuir com reflexões éticas, metodológicas e epistemológicas articuladas a um percurso de pesquisa de campo com crianças em diferentes cidades, Fortaleza e Campinas, entre os anos de 2008 e 2014. Os principais dados apresentados foram extraídos de uma pesquisa mais ampla realizada com crianças ricas moradoras de bairros nobres da cidade de Fortaleza. Partindo de uma antropologia que tem as crianças como protagonistas e de uma questão específica colocada durante o campo (“Por que eu tenho que brincar na rua?”), buscamos problematizar o ponto de vista das crianças sobre suas experiências de morar e viver nas cidades contemporâneas, compreendendo que seus sentidos e usos da/na cidade são singulares. O texto analisa e discute sobre algumas leituras que sujeitam as crianças a “não experiência na/da cidade” e procura privilegiar a relação infância/cidade via modalidades diversas de enfrentamento com a metrópole.

Palavras-chave: Infância. Cidade. Crianças.

Abstract: The article aims to contribute with ethical, methodological and epistemological reflections linked to field research with children in different cities, Fortaleza and Campinas, made between the years 2008 and 2014. The reflections presented were extracted from a larger research, done with rich children who live in luxury neighborhoods in the city of Fortaleza. Starting from an anthropology that has children as protagonists and a specific question raised during the research (“Why do I have to play on the street?”), We seek to problematize the children’s point of view on their experiences of living and living in cities contemporary, understanding that their senses and uses of / in the city are unique. The text analyzes and discusses some readings that subject children to “no experience in / of the city” and seeks to privilege the childhood / city relationship through different ways of coping with the metropolis.

Keywords: Childhood. City. Children.

Introdução

Lembro do dia em que saí sozinha de casa e fiz minha primeira travessia pelas ruas do bairro onde morava. Eu tinha por volta de oito anos, minha mãe me chamou e disse que eu deveria ir à mercearia Santo Antônio comprar uma penca de banana para o almoço do meu irmão mais novo. A mercearia ficava a pouco mais de 200 metros, eu deveria seguir reto por um quarteirão, atravessar o beco onde costumava brincar com amigos(as) da rua, e após outro quarteirão entrar na avenida à esquerda; andar mais cerca de 100 metros e chegar à mercearia. Hoje ela parece muito perto, mas com oito anos a “missão” pareceu demorar uma eternidade. Recordo muito bem que enquanto andava, meu sentimento era de medo e entusiasmo ao mesmo tempo. Estava feliz por finalmente poder sair sozinha de casa, mas era uma “aventura” que me causava certo receio.

Na rua onde morava existia um homem chamado “Bocão”, muito conhecido por todos os moradores. Não sabíamos onde morava, o que fazia – diziam que ele vendia drogas na rua – e nem porque perambulava pela rua todos os dias, quase sempre no mesmo horário, ao final da tarde, exatamente no mesmo momento que saíamos para brincar na rua.

Praticamente todas as crianças tinham medo do “Bocão”. Sempre que uma mãe ou pai chamava na rua para fazer o dever de casa ou comer, a ameaça que vinha do portão era que o “Bocão” iria passar por ali logo mais. As crianças mais medrosas, eu me incluo entre elas, corriam para dentro de casa, para não correrem o risco de se depararem com essa figura. Era um homem baixo e forte, com dentes enormes (por isso o apelido) que sempre saltavam quando falava conosco, muitas vezes sorrindo, e que na época não encarávamos como um sorriso muito simpático. Qualquer criança que viveu sua infância nos anos 80, na Rua Seixas Correia, no bairro Parangaba, na cidade de Fortaleza, sabe quem é o Bocão e as descrições sobre esse “personagem” não são muito diferentes.

Costumávamos brincar em uma rua fechada bem larga, que os moradores adultos e as crianças chamavam de “beco”, apesar de ser bem grande. Lá era mais seguro, pois a circulação de carro era menos frequente. Só os moradores da rua fechada entravam ali de carro.

Brincávamos de “casinha” na calçada com nossas bonecas. Cada uma tinha seu mobiliário e sua família de bonecas da Barbie. Era tudo guardado em uma caixa de papelão – e quanto maior a caixa, mais brinquedos. Saíamos de casa já segurando nossas caixas em direção à calçada do beco. Sempre repetíamos a mesma prática de montar e desmontar cada peça que integrava a casa de nossas respectivas bonecas. Os meninos também ficavam por ali com seus bonecos, às vezes se oferecendo como maridos das nossas Barbies. Nosso repertório de brincadeira era vasto: jogávamos futebol, vôlei, carimba, esconde-esconde, pega-pega etc.

Embora a rua fechada fosse de acesso público, os moradores das casas do “beco” não gostavam muito da nossa presença, principalmente os mais velhos. Quando a brincadeira era mais barulhenta, solicitavam silêncio. Quando brincávamos com bola, tínhamos muito cuidado para que a mesma não parasse na casa deles. Caso caísse, ficávamos olhando para cima do muro, esperando ansiosos pelo retorno, mas na maioria das vezes a bola não voltava, ou voltava rasgada.

O “Bocão”, nossos pais e os moradores do “beco” não eram as únicas ameaças para nossas brincadeiras. Como se não bastasse tudo isso, os clássicos personagens de rua também estavam sempre presentes em nosso imaginário: “o velho do saco” e “o estranho que oferece doce” são os que me lembro até hoje.

Apesar de nos entregarmos ao momento lúdico da brincadeira, todos esses desafios estavam sempre à espreita, embora não nos impedissem de brincar na rua, pois naquele momento a rua era o nosso espaço de lazer, sociabilidade e principalmente de resistência.

Se naquele tempo ruas e praças eram lócus privilegiados para a brincadeira, sabemos que hoje brincar na rua se torna um privilégio para poucas crianças, sejam ricas ou pobres.

Entendemos que a infância, assim como seus espaços têm se reconfigurado, que outras espacialidades têm surgido e que as crianças ocupam um lugar importante na produção dessas novas espacialidades da infância.

O presente artigo busca apresentar os caminhos teóricos e metodológicos que me levaram a refletir sobre essas novas espacialidades da infância no contexto contemporâneo, a par-

tir de pesquisas realizadas entre crianças moradoras de condomínios de luxo e bairros nobres de diferentes cidades do Brasil.

A infância e a cidade em questão

A antropóloga Mariza Peirano (1992) indica que a biografia do autor é um dos fatores que define a escolha do objeto de pesquisa, ou do próprio recorte etnográfico (p. 9), e não foi por acaso que a relação das crianças com a cidade surgiu no meu percurso acadêmico.

Para além do relato biográfico apresentado inicialmente, meu interesse pela pesquisa com as crianças surgiu logo após a conclusão da minha graduação em Ciências Sociais na Universidade Federal do Ceará. A monografia (AUTOR, 2006) procurava compreender os principais motivos que levavam grupos de uma alta faixa de renda da cidade de Fortaleza a morar em um condomínio fechado de grande porte chamado “Alphaville Fortaleza”, que era novidade entre os ricos da cidade e na época oferecia um modelo de moradia que prometia uma vida plena e “longe do caos da cidade”. Ao conversar com moradores e analisar folders publicitários e revistas do empreendimento, as crianças sempre estavam lá, tanto nas fotografias quanto nos discursos. A promessa era de que ali poderia se viver uma infância plena, já que a proteção, a vigilância e os muros eram a garantia da “rua livre”.

Essa foi a primeira inquietação que despertou meu interesse pela temática da infância ou, mais precisamente, pelos estudos com crianças. Pensei inclusive em mudar o foco da minha monografia para as crianças, mas, naquele momento, entre 2005 e 2006, não se sabia muito bem o que era fazer pesquisa com crianças nas Ciências Sociais.

Minha intenção era entrevistá-las e entender o que diziam sobre a vida no condomínio. Mas isso só foi possível posteriormente, entre 2007 e 2009, durante a pesquisa de Mestrado em Sociologia (AUTOR, 2009): intitulada *A fábula da metrópole: a cidade do ponto de vista de crianças moradoras de condomínios fechados de luxo*¹. Na ocasião, realizei uma pesquisa de campo durante o ano de 2008 em um condomínio de luxo na cidade de Campinas com o intuito de descrever o cotidiano das crianças que nele moravam. O objetivo foi partir dessa descrição para apresentar também as representações das crianças sobre a cidade “além-muros”. A pesquisa procurou travar uma discussão sobre condomínios fechados para além da temática da segregação urbana, mostrando que outras formas de interação entre os cidadãos confrontam esta perspectiva da segregação. Mesmo se tratando dos chamados enclaves fortificados (CALDEIRA, 2000), as experiências das crianças não se esgotavam entre os muros e sistemas de segurança.

Entretanto, essa experiência de infância é bem diferente daquela que hoje muitos pais e avós dizem ter vivenciado quando crianças, caracterizada pelo tempo livre e gosto pelas brincadeiras de rua: bola de gude, amarelinha, futebol, peão etc. No condomínio o tempo da brincadeira é programado pelos momentos de recreação no espaço do clube, tem dia, horário e local para acontecer e é mediado pela figura de um adulto: o recreador.

A dissertação de mestrado apontava para a possibilidade da brincadeira e do encontro entre as crianças em uma “rua possível”, a “rua” cercada e protegida por seguranças do condomínio de luxo, e mostrava como essas ocasiões constituíam uma parte importante no cotidiano das crianças, que é preenchido também pelas obrigações diárias: escola, cursos de línguas, atividades esportivas e artísticas, dentre outras. Foi possível perceber que os muros eram justamente um dos elementos que tornavam uma *infância plena*² possível.

Desde de que comecei a me aventurar pelo universo da pesquisa com crianças sempre tive uma preocupação significativa com o lugar da brincadeira na contemporaneidade. Essa preocupação quase sempre esteve atrelada à rua, tendo em vista minha própria experiência e a da minha geração.

A pesquisa que realizei no doutorado – intitulada *“Espacialidades da infância: etnografia das redes de relações de crianças ricas na cidade de Fortaleza-CE”* – foi em busca de uma

¹ Pesquisa financiada pela FAPESP.

² Termo muito citado por idealizadores de condomínios fechados horizontais e, conseqüentemente, pelos pais das crianças.

infância onde a experiência do brincar na rua é praticamente inexistente. A pesquisa de campo ocorreu entre os anos de 2011 e 2013 com crianças urbanas com idades entre 7 e 13 anos, pertencentes às camadas abastadas e moradoras de bairros nobres de Fortaleza. Trata-se de um grupo de crianças que têm pouca incidência na literatura especializada, de uma condição econômica privilegiada, que habitam casas de luxo localizadas em bairros nobres ou em condomínios verticais e horizontais (de pequeno porte, sem ruas), cujos pais possuem alto poder aquisitivo.

Partindo de uma antropologia que tem as crianças como protagonistas da pesquisa, buscamos como essa pesquisa recompor o modo como elas constituem a paisagem urbana a partir de sentidos e usos singulares da/na cidade; de como, onde e com quem moram; assim como procuramos descrever a estreita relação entre lazer, consumo e sociabilidade para as crianças em questão, destacando o uso de objetos tecnológicos com acesso à internet. Apresenta também uma perspectiva analítica que discorda das leituras que sujeitam as crianças a “não experiência na/da cidade” e privilegia a relação com o urbano via modalidades diversas de enfrentamento com a metrópole.

Mas o que dizem as crianças? Demonstram expectativa em brincar na rua, mas não o fazem porque são proibidas pelos pais? Reproduzem o medo de circular pelos espaços públicos da cidade ou simplesmente não se interessam por eles?

Em um dos primeiros momentos da minha pesquisa de campo do doutorado, quando perguntei para uma menina de 10 anos porque ela não brincava na rua, ela me respondeu: “Mas por que eu tenho que brincar na rua?”. Esse é o tipo de resposta que mostra que nem sempre as preocupações da(o) pesquisador(a)/ antropóloga(o) são as mesmas dos seus interlocutores, que devemos ter certa disposição e abertura para os desafios que surgem ao longo da pesquisa, inclusive aqueles que parecem desmontar todo o propósito da pesquisa, mas que, na verdade, podem ser o seu próprio alicerce.

Trago para este artigo um recorte específico sobre esse questionamento direcionado à pesquisadora, que destaco por ter uma profunda relação com os processos metodológicos, éticos e epistemológicos da minha pesquisa, e que são também as principais questões deste dossiê.

Por que eu tenho que brincar na rua?

Florestan Fernandes, em seu texto “As trocinhas do Bom Retiro: contribuição ao estudo folclórico e sociológico da cultura e dos grupos infantis” (1979 [1944]), apresenta uma das primeiras pesquisas no Brasil sobre a especificidade da infância na cidade. Ele registra a sociabilidade das crianças e suas formas de expressão através de uma análise sociológica do folclore infantil nas ruas do bairro Bom Retiro, na cidade de São Paulo. Para além do exercício lúdico, o autor destaca a constituição de uma “cultura infantil” específica desses grupos de crianças que brincam na rua no bairro. Assim, ao realizar uma análise do que chama de “processo de formação da cultura infantil”, o pesquisador destaca com

[...] grande importância o fato de existirem agrupamentos estáveis e organizados de imaturos – as “trocinhas” – que, como grupos sociais que são, sobrepõem-se aos indivíduos que os constituem, refazendo-se continuamente no tempo (FERNANDES, 1979, p. 246).

Um dos elementos que aparece na pesquisa do autor e que reforça essa “cultura infantil” é a expressão “aprendi na rua”, que é recorrente entre tais crianças, quando perguntadas sobre determinada brincadeira:

[...] “aprendi na rua”, em última análise, quer dizer: “aprendi no grupo infantil”. E por que isso? Porque, é claro, há uma cultura

infantil, cujo suporte social consiste nos grupos infantis, em que as crianças adquirem, em interação, os diversos elementos do folclore infantil (FERNANDES, 1979, p. 246).

No decorrer do texto, o sociólogo destaca a rua como lugar fundamental para o exercício das práticas culturais desses pequenos moradores (“os trocinhas”) realizadas através do ato de brincar, da interação com seus pares, do compartilhamento de saberes e aprendizados sobre as brincadeiras e a vida no bairro. Nesse contexto, a rua, enquanto espaço público, seria o lugar da ludicidade das crianças e crucial na constituição das suas práticas lúdicas.

Para algumas crianças, no atual cenário urbano, a rua praticamente já não tem mais o mesmo papel e outros sentidos lhe são atribuídos. Walter Benjamin aparece como uma referência hegemônica entre aqueles que relacionam a infância e a cidade de maneira mais estreita. Sua frase célebre afirma que “só se conhece a melancolia de cidades resplendentes de glória quando se viveu nelas em criança” (BENJAMIN, 1984, p. 17). As inspirações decorrentes de Benjamin indicam que brincar na rua significa conhecer a cidade no seu modo *sui generis*, pois falamos de uma experiência lúdica produtora de sociabilidade, além do seu caráter socializador – brincar na rua também envolve uma partilha de valores e regras de conduta. Dessa maneira, não é de se espantar a lamentação que encontramos nos textos que tratam do fim das brincadeiras de rua e o quanto isso é prejudicial para a vida nas cidades.

Ariès (1981) mostra que, antes da constituição de um “sentimento da infância”³, percebido especialmente nas cidades medievais, o lugar das crianças era na vida pública juntamente com os adultos: “Assim que a criança tinha condições de viver sem a solicitude constante de sua mãe ou de sua ama, ela ingressava na sociedade dos adultos e não se distinguia mais destes” (p. 99). O historiador também lembra, por conta disso, os altos índices de mortalidade infantil na época (século XVII) e ainda a maneira como essas mortes eram tratadas nos textos de Montaigne e Molière, com palavras que segundo Ariès (1981), “chocam nossa sensibilidade moderna” (p. 22). Somente a partir do século XVII é que a escola e a família passam a ser os lugares destinados às crianças e, segundo o historiador, esse processo se inicia quando as crianças deixam a rua e vão à escola:

A escola substitui a aprendizagem como meio de educação. Isso quer dizer que a criança deixou de ser misturada aos adultos e de aprender a vida diretamente, através do contato com eles. A despeito das muitas reticências e retardamentos, a criança foi separada dos adultos e mantida a distância numa espécie de quarentena, antes de ser solta no mundo. Essa quarentena foi a escola, o colégio. Começou então um longo processo de enclausuramento das crianças (como dos loucos, dos pobres e das prostitutas) que se estenderia até nossos dias, e ao qual se dá o nome de escolarização (Ibid., p.11).

O que essa leitura indica é que a privatização da infância, em outro momento da história, foi essencial para o quadro que encontramos hoje. Mas isso não significa dizer que o movimento de privatização visto nos dias de hoje seja semelhante ao que ocorreu no século XVII. O importante aqui é apontar processos distintos de constituições da infância nas cidades, a sua relação com contextos culturais, históricos e configurações de distintas de cidades.

Nesse sentido, a abertura para um diálogo horizontal com as crianças é uma ferramenta importante para compreender os quadros das infâncias atuais do ponto de vista delas. Percebo-me constantemente desafiadas pelas crianças por não fechar esse espaço na minha relação com elas. Levar a sério o ponto de vista das crianças significa, a meu ver, reconhecer a singularidade dos protagonistas da infância. E a ideia de singularidade compreende os movimentos de criatividade e resistência expressados pelas crianças quando estas se encontram

³ “O sentimento de infância não significa o mesmo que afeição pelas crianças: corresponde à consciência da particularidade infantil, essa particularidade que distingue essencialmente a criança do adulto, mesmo do jovem. Essa consciência não existia” (ARIÈS, 1981, p.99).

supostamente submetidas às instituições socializadoras (família, escola e Estado). Também é importante considerar os momentos em que elas desmancham muitas das nossas ideias sobre a pesquisa.

A infância, portanto, é pensada como uma experiência etária, como um modo singular de se situar mundo. O objetivo de uma antropologia da criança seria descrever diferentes experiências de infância, ou seja, ser testemunha da(s) infância(s) e registrar os diferentes modos de conceber e experimentar a infância, tendo as crianças como principais interlocutores da pesquisa.

Foi nesse sentido que procurei conversar com as crianças sobre as possíveis experiências ou brincadeiras nas ruas e nas praças dos bairros. No bairro Luciano Cavalcante – tal como nas outras localidades que abrangem a pesquisa – as crianças indicaram que são proibidas pelos pais; em raras exceções elas frequentam esses espaços e quando o fazem, sempre estão acompanhadas dos pais ou das babás, nunca sozinhas:

Eu gosto de brincar na praça porque lá é grande e mais espaçoso, a gente pode brincar de pega-pega, esconde-esconde, mas aqui em casa a gente também pode brincar dessas brincadeiras [...]. Eu gosto de brincar em casa! Minhas brincadeiras preferidas em casa é pega-pega, esconde-esconde, também jô-a-trepa e cola-cola (Menina, 10 anos).

A casa da menina foi uma das primeiras que visitei; era menor em relação às casas das outras crianças que fizeram parte da pesquisa, mas com certeza bem maior quando comparada às casas das que moram em bairros mais modestos ou mesmo àquelas que moram em apartamentos.

Confesso que estranhei quando ouvi dela que aquelas eram suas brincadeiras preferidas quando estava em casa. Dei uma olhada discreta para dentro da casa e para o jardim. Minha impressão era a de que era impossível fazer todas aquelas coisas naquele espaço, já que eu havia visitado algumas casas com quadra de futebol e jardim amplo. Foi então que exclamei: “Mas dá para brincar disso tudo aqui?”. “Mas claro!” (menina, 10 anos).

Meu espanto, de certa maneira, também se dava pelo fato dela não citar a Internet ou o videogame e nem mesmo suas bonecas, modalidades de brincadeiras que não dependem do espaço de uma rua ou praça, bastando o quarto, um cantinho na sala ou na cozinha. Essas brincadeiras seriam possíveis, a meu ver, em relação às que ela havia acabado de citar, pois eu imaginava que sua casa não tinha tanto espaço para correr. Em outra entrevista com um menino de 11 anos também fui surpreendida com sua resposta: “Jogo futebol na varanda [...]” (menino, 11 anos).

As brincadeiras citadas pelas crianças como preferidas são, para alguns, típicas dos espaços urbanos. Ou seja, as atividades lúdicas que implicam em correr ou pular, que se caracterizam, portanto, por um maior dispêndio de energia. Tais modalidades de brincadeira são comuns entre as crianças dessa faixa etária. Entretanto, imaginamos que alguns elementos sejam essenciais para essas brincadeiras. Espaço e objetos grandes, como árvores e bancos, além da ausência de paredes, seriam indispensáveis para que as crianças pudessem correr livremente, ou mesmo pular de um banco para outro quando brincam de jô-a-trepa, por exemplo.

A rua, além de permitir o exercício da sociabilidade no interior dos grupos de pares, possibilita também outra construção/exploração do espaço. A amplidão, a não existência de paredes e objetos a restringir o brincar permitem que os grupos de pares estendam os domínios das atividades lúdicas, ao mesmo tempo em possibilitam a ampliação do número de crianças, que no interior do espaço doméstico se mostra restrito (GOMES & GOUVEA, 2008, p. 56-57).

A perspectiva citada tipifica certas brincadeiras como essencialmente urbanas: pega-pega, esconde-esconde ou futebol figuram entre elas. Para isso, parte-se do princípio que existe uma maneira específica de ser criança no espaço da cidade e que só se vivem a experiência da infância, em um sentido pleno de sociabilidade, aquelas crianças cujos registros lúdicos se dão no espaço urbano, público e heterogêneo. Assim, meu certo espanto em relação as respostas das crianças se davam tendo em vista esses aspectos. Era preciso, portanto, deixar de lado as certezas e caminhar com as crianças em busca de respostas (ou de mais perguntas).

Nesse sentido, é possível destacar alguns problemas sobre essa maneira de relacionar a infância diretamente ao espaço público, em primeiro lugar porque tanto a menina quanto o menino com quem interagi mostraram que os espaços para a brincadeira podem ser constantemente ressignificados.

Concordo que no caso do Brasil ouvimos dos mais velhos relatos de infância que geralmente se realizaram de maneira mais intensa em ruas e praças das cidades. Percebemos até mesmo certo saudosismo por parte de uma geração que afirma categoricamente que não houve infância melhor do que aquela onde a liberdade das ruas era sua base. Também, como dito anteriormente, não é difícil encontrar nos dias de hoje crianças que vivem em bairros ou determinadas regiões onde as brincadeiras e sociabilidades ainda se dão com força maior nos espaços públicos. Ou seja, qualquer intenção de universalizar a prática da brincadeira como essencialmente urbana é problemática, pois corre-se o risco de afirmar que a infância se constituiria apenas através das brincadeiras de rua.

É cada vez mais frequente entre os pesquisadores da infância um discurso sobre a “privatização da infância” na contemporaneidade. Tal discurso chama atenção para o fato do abandono da vida urbana por parte das crianças, que agora vivenciam essa fase da vida reclusas em instituições escolares, em suas casas, clubes de lazer, computadores, jogos etc. e não mais utilizariam as ruas e praças da cidade como espaço de sociabilidade e atividade lúdica.

Em primeiro lugar, essa constatação parte de uma realidade específica e não leva em consideração crianças que vivem em condição de viração nas ruas (GREGORI, 2000), ou mesmo aquelas cuja sociabilidade é mediada pelas brincadeiras de rua, como crianças que moram nas periferias das grandes cidades. Apesar de poucas, é possível encontrar pesquisas que apontam para permanência de um vínculo mais forte das crianças em relação aos espaços públicos como ruas e praças. Porém, ainda que essas pesquisas mostrem que a relação das crianças com o espaço urbano ainda é muito significativa em determinados contextos, é inegável que a experiência da infância e os lugares das brincadeiras e sociabilidade das crianças tem se reconfigurado e outras espacialidades vem surgindo.

A infância na contemporaneidade não se caracteriza essencialmente por uma privatização de tal experiência. Na verdade, essa fase da vida deve ser problematizada tendo em vista as especificidades que permeiam a inserção de criança em universos socioculturais distintos, que podem ser definidores de práticas diferenciadas de uso e ocupação dos espaços (GOMES & GOUVEIA, 2008, p. 48).

As espacialidades da brincadeira produzidas por crianças que moram em bairros cujas dinâmicas espaciais não permitem um maior uso das ruas e praças do próprio bairro contribuem para a configuração de uma infância que se volta de maneira mais acentuada para o espaço privado. Entretanto, isso não significa dizer que essas crianças têm o exercício de sociabilidade comprometido por ele estar restrito a espaços supostamente homogêneos. Sobretudo porque o uso da rua e das praças do bairro não garantiria necessariamente a heterogeneidade, citada como necessária ao exercício satisfatório da sociabilidade. Digo isto tendo em vista que as crianças que esporadicamente frequentam esses espaços, os fazem acompanhados dos adultos com quem moram, sejam pais ou babás, e quando encontram alguma criança ela é do próprio bairro, são seus amigos e amigas, com quem brincam na sua própria casa ou na deles.

O brincar é fundamental para a criança, mas não porque seria algo “naturalmente” reservado ao universo infantil. É importante porque “insere a criança na experiência da vida e favorece a sua apreensão do mundo” (SARMENTO, 2003, p. 14), especialmente quando há

espaço para o uso da imaginação, da fantasia, da criatividade e da ressignificação de objetos, de espaços e relações.

Há uma diferença significativa entre fazer pesquisa com crianças e fazer pesquisa sobre crianças. Esta última (sobre) se concentra em ouvir o que dizem os pais, os professores, as políticas públicas, ou seja, não cabem os sentidos das crianças sobre o mundo e elas aparecem sujeitadas aos discursos institucionais. Por outro lado, as pesquisas com crianças têm como principal diferença o fato de considerar o ponto de vista das crianças como fio condutor da pesquisa, fazer emergir seus sentidos sobre o mundo. Esse posicionamento desperta também reflexões sobre os limites da autoridade etnográfica (CLIFFORD, 1998) na produção antropológica: afinal, meus questionamentos e minhas preocupações são somente minhas ou dos meus interlocutores (no caso, as crianças)? As crianças sempre me mostram que é preciso abrir caminho para seus sentidos sobre o mundo, e isso significa também deixar de lado teorias cristalizadas sobre o mundo, especialmente as adultocêntricas.

A questão que trago para refletir nesse artigo é emblemática nesse sentido, pois ela confrontava algumas das minhas impressões sobre essas crianças no início da pesquisa de campo (a de que talvez elas quisessem brincar na rua, mas os pais não permitiam), *por que eu tenho que brincar na rua?* Foi uma das respostas que obtive quando insistia com a pergunta: “por que você não brinca na rua do bairro?”. Até então eu percebia que outras crianças também não entendiam muito bem a minha pergunta, mas ainda assim eu insistia.

Logo no início da pesquisa, ao conversar com as crianças, eu partia do pressuposto que desagradava a elas o fato de não poder utilizar o espaço da rua para brincar com outras crianças. Mas o que ocorria era que a rua dos bairros desérticos em nada as atraía, muito pelo contrário, perguntar para as crianças porque elas não brincavam na rua soava muito estranho.

É importante reafirmar que “brincar na rua” ainda é frequente em alguns bairros da cidade de Fortaleza, especialmente em bairros pauperizados, mas até nestes, muitas crianças têm sido proibidas de brincar na rua, segundo suas mães, devido principalmente às más influências⁴. Ou seja, o espaço da rua vem deixando de ser uma opção para várias crianças (a não ser quando ampliamos o conceito e nos referimos à “rua privada de um condomínio de luxo”), independentemente da sua configuração de bairro ou condição econômica. Ou ela é sinônimo de perigo para as crianças da classe média e alta, ou de más influências para as crianças de uma classe menos favorecida. Lembrando evidentemente que a representação de “perigo” e “más influências” são dos pais e não das próprias crianças. Aliás, as que faziam um esforço de responder porque não brincavam na rua se referiam em geral aos carros que passam nas ruas em alta velocidade e não a aspectos relacionadas à violência urbana.

Assim, não é a possibilidade de brincar ou não na rua que vai indicar quem é mais ou menos criança, quem vivencia mais ou menos a infância e as brincadeiras próprias desse período. O que as crianças mostram é que, para algumas delas, a experiência da infância pode ocorrer em vários espaços e que os encontros, a sociabilidade, a socialização e as brincadeiras se desenrolam em territórios diferentes daqueles que encontramos nas chamadas “brincadeiras de rua”.

Considerações Finais

As crianças ricas urbanas vivenciam e constroem uma infância singular, marcada pela forte relação com espaços como a casa, o shopping e a escola. Mas ao contrário de procurar contradições entre crianças ricas e pobres (escolha que inevitavelmente persegue um viés classista), percebi que, no que tange aos espaços das brincadeiras, as diferenças assumem outras instâncias para além da divisão maniqueísta ricas vs. pobres. Crianças de condomínio, assim como crianças que moram em bairros pauperizados e médios (em alguns casos) ainda podem optar pelo espaço da rua para o exercício da brincadeira. Obviamente que o conceito de “rua” e seus usos terão sentidos completamente diferentes para cada um desses grupos de crianças, mas em ambos os casos a “brincadeira de rua” assume uma posição estruturante para a experiência da infância.

4 Ver mais detalhes a respeito em Begnami (2008).

Quando nos referimos aos bairros nobres de Fortaleza, brincar na rua, andar de bicicleta ou patins nas praças e calçadas, ou mesmo circular nos arredores do bairro com amigos(as) se torna algo indesejável para os pais (adultos) e não percebemos qualquer interesse entre a maioria das crianças em brincar na rua. Algumas brincadeiras clássicas, como peão, “bila” (bola de gude), pipa, amarelinha ou ciranda são mencionadas pelas crianças apenas porque têm sido apresentadas em livros didáticos na escola.

De modo geral, a relação das crianças com a cidade está para além do uso ou não uso da rua e outros equipamentos urbanos. Apesar de percebermos algumas dinâmicas que parecem negar a cidade, ela está ali de outras formas, talvez não mais pela experiência concreta de brincar livremente em uma rua verdadeiramente pública, ou mesmo por utilizar um transporte público. Mas a cidade está na TV, no ciberespaço, no shopping, nos restaurantes, em casa, nas redes sociais, na escola, nos livros didáticos da escola, está também nos trajetos das crianças etc. E a questão que temos que nos colocar é: que cidade estamos apresentando para as crianças? Ou seja, quando nos deparamos com a ausência das crianças nas ruas dos bairros nobres, não podemos dizer que existiria uma negação das crianças em relação à cidade, pelo contrário, estamos diante de uma experiência urbana específica, uma outra maneira de “praticar a cidade” (CERTEAU, 1994, 1996) e também de crianças que resistem a essa interdição buscando novas formas de fortalecer suas experiências e sociabilidades. Assim, não podemos tomar essas crianças simplesmente como vítimas passivas da cidade contemporânea.

Influenciados especialmente pelos escritos de Walter Benjamin, os estudos urbanos com crianças sempre fazem uma forte referência a estreita relação da infância com a cidade, no sentido de que os espaços urbanos (a rua, a praça etc.) são por excelência o espaço da brincadeira, dos jogos, dos encontros e da sociabilidade entre as crianças, sendo, portanto, o elemento estruturador da própria infância. Alguns estudos têm anunciado de maneira pessimista que isso não existe mais, que é praticamente impossível encontrar crianças na rua brincando ou jogando bola; que hoje as crianças têm outras preocupações bem diferentes das de outrora. As análises que anunciam o “fim da infância” quase sempre se referem ao fato das crianças estarem substituindo a “rua” pela “Internet”; os “brinquedos tradicionais” pelo “celular”; “o gosto pelas brincadeiras” pelo “consumo nos Shoppings”. Isso revelaria o desaparecimento da infância e da vida nas ruas das grandes cidades.

Entretanto, buscamos mostrar que, primeiro, tanto a infância quanto a cidade não são simples categorias de abstração, mas resultados de práticas históricas, culturais e sociais específicas. A cidade e a infância, portanto, se constituem através de seus agentes. Segundo, a partir dos achados da pesquisa percebemos que de fato os espaços urbanos (a rua, mais especificamente) hoje em dia não assumem mais o papel de principal lugar de produção cultural entre uma parcela das crianças e, portanto, de gestão da sociabilidade entre elas. Especialmente quando nos referimos às crianças das camadas abastadas. Percebemos também que as brincadeiras são outras e quase sempre estão atreladas aos jogos eletrônicos, que são os preferidos da maioria delas. Mas a gestão da sociabilidade entre as crianças acontece de outras formas, em novas espacialidades.

Como o presente artigo procuramos ressaltar que não existe um modo único e específico de se vivenciar a infância nas grandes cidades, que existem infâncias e maneiras de ser criança, assim como modos singulares de experimentar essa fase da vida. É importante, portanto, compreender seus contextos culturais, sociais e históricos. Para além disso é necessário ouvir as crianças hoje e problematizar essa escuta com o contexto das grandes metrópoles. Entendemos que no contexto das cidades ocidentais contemporâneas a experiência da infância tem se reconfigurando, pois ela tem se ajustado à própria transformação das cidades.

Referências

AGIER, Michel. **Antropologia da Cidade: lugares, situações, movimentos**. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2011.

ANDRADE, Luciana. T. **Estilos de vida nos condomínios residenciais fechados**. In: FRÚGOLI JR.,

Heitor. & ANDRADE, Luciana T. & PEIXOTO, Fernanda A. **As cidades e seus agentes: práticas e representações**. São Paulo: EDUSP/ PUCMINAS, 2006.

ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. 2ª edição. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

BASTIDE, Roger. Prefácio in FERNANDES, Florestan. **Folclore e mudança social na cidade de São Paulo**. 2ed. Petrópolis: Vozes, 1979.

BEGNAMI, Patrícia. **Pelos olhos das crianças: uma etnografia da favela do Gonzaga**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2008.

BENJAMIN, Walter. **Rua de mão única**. 5 ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

_____. **Reflexões: a criança, o brinquedo, a educação**. São Paulo: Summus, 1984.

_____. **Obras Escolhidas I: magia e técnica, arte e política**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

_____. **Infância em Berlim por volta de 1900. Obras escolhidas II**. São Paulo: Brasiliense, 2000.

CALDEIRA, Tereza P. **Cidade de Muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo:ed.34 / EDUSP, 2000.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1. artes de fazer**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

_____. **A invenção do cotidiano: 2. morar, cozinhar**. 5ª edição. Petrópolis: Vozes, 1996.

CLIFFORD, James. Sobre a autoridade etnográfica. In: **A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998.

FERNANDES, Florestan. As trocinhas do Bom Retiro in FERNANDES, Florestan. **Folclore e mudança social na cidade de São Paulo**. Petrópolis: Vozes, 1979.

GOMES, Ana Maria R. & GOUVEA, Maria C. S. de. A crianças e a cidade: entre a sedução e o perigo in DEBORTOLI, José A. O., MARTINS, Maria de F. A. & MARTINS, Sérgio (orgs). **Infâncias na metrópole**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

GREGORI, Maria Filomena. **Viração. Experiências de meninos de rua**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

PEIRANO, Mariza G. S. **A Favor da Etnografia**. In: Série Antropologia 130, Brasília: 1992.

AUTOR. **Viver entre muros: o privado com produtor de novas relações sociais**. Fortaleza, 2006. Monografia (Graduação em Ciências Sociais - UFC).

_____. **A Fábula de Metrópole: a cidade do ponto de vista de crianças moradoras de condomínios fechados de luxo**. Campinas, 2009. Dissertação (Mestrado em Sociologia-UNICAMP).

_____. **Espacialidades da infância: etnografia das redes de relações de crianças ricas na cidade de Fortaleza-CE**. São Paulo, 2015. Tese (Doutorado em Ciência Social (Antropologia Social) – USP).

_____. **Territórios dos sentidos:** da emergência dos processos de subjetivação na metrópole contemporânea. Revista Espaço Acadêmico (UEM), v. 11, p. 21, 2012.

SARMENTO, M.J. **Imaginário e culturas da infância.** Cadernos de Educação, Pelotas, v. 12, n. 21, p. 51-69, 2003.

Recebido em 5 de março de 2020.

Aceito em 15 de dezembro de 2020